

A EDUCAÇÃO AFETIVO-SEXUAL NO PROGRAMA VALE JUVENTUDE: PRÁTICAS DE GOVERNAMENTALIDADE DA SEXUALIDADE JUVENIL

Vilma Nonato de **BRÍCIO**¹
Universidade Federal do Pará-UFPA
vilma@ufpa.br

Flávia Cristina Silveira **LEMOS**²
Universidade Federal do Pará-UFPA
flaviacslemos@gmail.com

Dolores Cristina Gomes **GALINDO**³
Universidade Federal de Mato Grosso
dolorescristinagomesgalindo@gmail.com

Resumo: Este artigo é um recorte da pesquisa que problematizou com o auxílio teórico-metodológico de alguns conceitos de Michel Foucault a constituição do dispositivo da sexualidade como elemento estratégico de governo da juventude na contemporaneidade e sua articulação às táticas de parcerias público-privado diagramados no Programa Vale Juventude (PVJ), que constitui uma das ações da Fundação Vale, vinculada à empresa Vale. A Fundação Vale desenvolveu o Programa Vale Juventude no período de 2007-2012, promovendo a formação dos jovens sobre as questões de sexualidade. De uma perspectiva de uma governamentalidade programática a dimensão afetivo-sexual é inserida pelo Programa Vale Juventude num arranjo econômico para que a educação/formação dos jovens seja economicamente vantajosa e politicamente útil para a empresa Vale, a Fundação Vale, o Instituto Aliança, as Prefeituras e suas secretarias e demais órgãos parceiros no desenvolvimento do Programa, pois a governamentalidade desbloqueou a noção de população e de economia como governo.

Palavras-chave: Programa Vale Juventude. Sexualidade. Governamentalidade.

Abstract: This article is a cut of the research that problematized with the theoretical-methodological assistance of some concepts of Michel Foucault the constitution of the device of sexuality as a strategic element of youthful government in the contemporaneity and its articulation to the tactics of public-private partnerships diagrammed in the Vale Program Youth, which is one of the actions of the Vale Foundation, linked to Vale. The Vale Foundation developed the Vale Program Youth in the 2007-2012 period, promoting the training of young people on issues of sexuality. From a perspective of programmatic governmentality, the affective-sexual dimension is inserted by the Vale Program Youth into an economic arrangement so that the education / training of young people is economically advantageous and politically useful for Vale, the Vale Foundation, the Alliance Institute, the Prefectures And its secretariats and other partner agencies in the development of the Program, since governmentality has unblocked the concept of population and economy as government.

Keywords: Vale Program Youth. Sexuality. Governmentality.

¹ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Atualmente é professora da Universidade Federal do Pará-Campus de Abaetetuba. Docente do Programa de Pós-Graduação em Cidades, Territórios e Identidades.

² Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 | Orientador de Doutorado. Doutorado em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil(2007). Professor Associada I da Universidade Federal do Pará , Brasil.

³ Doutorado em Psicologia (Psicologia Social) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil (2006). Professor Adjunto I da Universidade Federal de Mato Grosso , Brasil.

Introdução

A sexualidade se constitui em um domínio complexo da vida humana que secularmente se tornou objeto de investimentos discursivos, mesmo antes da invenção do termo “sexualidade”, inventado no século XIX, segundo Foucault (2007b). A proliferação discursiva sobre a sexualidade na atualidade abrange sujeitos, grupos, espaços, tempos, instituições diversas que produzem relações de saber-poder a partir de diferentes estratégias.

O Programa Vale Juventude se constituiu em um espaço-tempo de produção discursiva sobre sexualidade da juventude no Brasil, articulando saberes diversos, colocando em exercício práticas de governamentalidade de uma parcela da população jovem no Brasil onde a Empresa Vale atua, utilizando-se dos saberes sobre a população e a economia desbloqueadas pela governamentalidade.

Este artigo apresenta um pequeno recorte da pesquisa desenvolvida no processo de doutoramento que problematizou algumas dessas práticas de governamentalidade da sexualidade no Programa Vale Juventude. Este Programa faz parte das ações de “Apoio à gestão pública” da “Fundação Vale”, uma fundação da empresa privada Vale. A Vale é uma das maiores mineradoras do mundo, uma empresa privada, de capital aberto, com sede no Brasil e presente em cerca de 30 países ao redor do mundo e mantém a Fundação Vale, uma fundação corporativa, que atua nos âmbitos econômico, ambiental e social nos territórios onde a Vale opera. O PVJ tem o objetivo “[...] de promover o desenvolvimento pessoal e social dos jovens das comunidades onde a Vale atua, trabalhando a participação juvenil, a cidadania e a *educação afetivo-sexual*”⁴ (grifos nossos). Este objetivo do Programa sintetiza os investimentos em práticas de governamentalidade da sexualidade da juventude, que articula estratégias emaranhadas de relações de saber-poder de controle do corpo individual e da regulação da população jovem.

O Programa Vale Juventude teve vigência no período de 2007 à 2012, fruto de uma parceria da Fundação Vale com o Instituto Aliança: No estado do Pará, as prefeituras de Abaetetuba, Barcarena, Tomé-Açu, Marabá e Parauapebas, fizeram parceria com a Fundação Vale para desenvolver o PVJ que tem como público prioritário pré-adolescentes, adolescentes e jovens de 10 a 20 anos.

⁴ <http://www.fundacaovale.org/pt-br/a-fundacao-vale/quem-somos/paginas/default.aspx>. Acesso em 01 de Outubro de 2011.

Para alcançar seus objetivos o Programa desenvolve a formação básica e continuada de profissionais das áreas de Educação, Saúde e Assistência Social e dos próprios jovens de modo a prepará-los para realizarem ações sistemáticas. Os jovens atuam como formadores de seus pares, numa lógica do “aprender a aprender” em que os jovens são considerados protagonistas de sua formação, mas antes são “treinados”, pela Fundação Vale a partir de material próprio para trabalhar temáticas referentes à sexualidade. O Livro “Oficinas Educativas II – Sexualidade, saúde e convivência” (2006) elaborado pela Fundação Vale em parceria com o Instituto Aliança e com profissionais dos municípios de abrangência da Vale no Pará, Abaetetuba, Barcarena, Marabá, Parauapebas e Tomé-Açu se constitui a referência principal no trabalho com os jovens. Este livro foi o principal documento analisado na pesquisa, além de Relatórios da Fundação Vale (2007-2012), Relatórios Narrativos do Instituto Aliança (2008, 2009, 2010, 2011, 2012) dos quais recortamos enunciados que mostram alguns resultados do Programa na ótica de seus organizadores.

A pesquisa foi desenvolvida assumindo como pressupostos para as análises alguns “imperativos e precauções metodológicas” desenvolvidas pelo filósofo francês Michel Foucault (2008) que lhe serviu de guia como princípio geral no percurso de suas pesquisas sobre as relações entre direito e poder. Foucault lança mão de cinco precauções metodológicas para enfatizar as formas de análise do poder e escapar do sentido do edifício jurídico da soberania, dos aparelhos de Estado e das ideologias que o acompanham, mas “[...] se deve orientar a análise do poder para o âmbito da dominação, [...] dos operadores materiais, [...] das formas de sujeição, [...] das conexões e utilizações dos sistemas locais dessa sujeição e [...] dos dispositivos estratégicos” (FOUCAULT, 2008, p. 40). Tal “linha metodológica” norteou Foucault em várias pesquisas a propósito do poder psiquiátrico, da sexualidade, dos sistemas políticos, etc.

Essas precauções metodológicas conjugadas com o referencial teórico sobre sexualidade a partir da perspectiva foucaultiana nos possibilitou acessar os documentos do Programa Vale Juventude e rastrear as práticas de governamentalidade da sexualidade juvenil construída no Programa, dando visibilidade as articulações múltiplas de relações de saber-poder.

O recorte apresentado a seguir destaca algumas justificativas elencadas no Programa Vale Juventude para promover a *educação afetivo-sexual*, engendrando

práticas de gestão da vida dos jovens por meio da sexualidade ao engendrar técnicas de governamentalidade que atingem a vida individualmente e coletivamente.

A educação afetivo-sexual no Programa Vale Juventude: práticas de governamentalidade da sexualidade juvenil

A sexualidade está na ordem do dia nos debates nas mais diferentes áreas de conhecimento, nas instituições, no cotidiano, desafiando as hipóteses repressivas que ainda são evocadas, mesmo já tendo sido refutadas por autores como Michel Foucault. Colocada na “ordem do discurso” a sexualidade se transforma em preocupação de instituições privadas que investem na Juventude. A sexualidade constitui na atualidade paradoxos presentes no dispositivo que o constitui: o encontro entre o virtual e o real, o público e o privado, a interioridade e a exterioridade, o conhecido e o desconhecido.

A sexualidade da juventude tem sido alvo de inúmeros programas, planos, projetos, ações que visam promover a *educação afetivo-sexual*, constituindo práticas de governamentalidade do dispositivo da sexualidade como elemento estratégico de governo da juventude na contemporaneidade, a partir da articulação às mais variadas táticas entre o público e o privado diagramados no Programa Vale Juventude (PVJ)⁵. O principal antecedente histórico do Programa Vale Juventude foi o Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS), criado na década de 1990 pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais e pela Fundação Odebrecht e depois colocado em prática em outros municípios do Estado, como em Juiz de Fora. Castro (2009, p. 83) ressalta que o PEAS tem como objetivo principal “formar adolescentes preocupados com sua saúde sexual e reprodutiva, com as relações estabelecidas com os outros, sendo capazes de tomar decisões de forma autônoma e responsável, construindo seus projetos de vida”.

Em 2001 a Fundação Vale inicia o PEAS Vale em Mariana (MG) e, de 2005 a 2007, desenvolveu o Programa PEAS Vale em 10 municípios de Minas Gerais. Em 2006 a Fundação Vale fez um levantamento preliminar em 04 municípios no Pará (Abaetetuba, Barcarena, Marabá e Parauapebas). Em 2007 houve a implantação do Programa Vale Juventude no Pará a partir do “alinhamento entre o PEAS Vale e o Vale juventude”, sendo que a transição completa se deu em 2008. No caso do Pará, o Programa Vale Juventude

⁵ Maria Rita de Assis César em “A Invenção da “Adolescência” no Discurso Psicopedagógico” (1998) analisa a emergência da preocupação com a sexualidade dos adolescentes e jovens, marcando as diferenças entre eles e o caráter higienista e regulador dessa preocupação.

teve início em 2007, nos municípios de Abaetetuba, Barcarena, Marabá e Parauapebas, tendo como público prioritário pré-adolescentes, adolescentes e jovens de 10 a 20 anos (PEREIRA, 2009)80.

O Programa Vale Juventude desenvolve ações voltadas para a *educação afetivo-sexual*, transformando a sexualidade dos jovens como uma das dimensões da vida que passam a ser alvo de investimentos de técnicas de governamentalidade.

As formas pelas quais a sexualidade se expressa na atualidade “bem como seus efeitos para as esferas da existência individual e da vivência coletiva impõem-se, por isso mesmo, como campos de investigação dos quais as ciências da cultura, as ciências da vida e a filosofia não podem passar ao largo” (FONSECA, 2009, p. 07). Essa inegável centralidade da sexualidade na existência dos sujeitos, possibilita que instituições como a Empresa Vale e a Fundação Vale atuem como “agentes sociais” que produzem estratégias de governamentalidade da juventude em programas sociais como o Programa Vale Juventude. Tal realidade nos mobiliza a problematizar a constituição de um jogo de captura/disjunções do dispositivo da sexualidade no currículo do PVJ e da própria juventude permeadas por relações saber-poder-subjetividade.

Como o Programa Vale Juventude tem como principal eixo de atuação o trabalho de *educação afetivo-sexual*, destacamos como principal eixo de análise que a sexualidade é um dispositivo histórico de saber-poder (FOUCAULT, 2005a) articulado à economia e à sociedade, relação que Rago (2006) aponta ao analisar a “sexualidade e identidade na historiografia brasileira”⁶. O Programa Vale Juventude articula os saberes sobre a sexualidade às necessidades produtivas da sociedade capitalista que exige um corpo saudável e uma população (jovem) gerenciável. Candiotto (2007), citando Michel Foucault, esclarece que o filósofo ao realizar a história da sexualidade difere sexo de sexualidade.

Inicialmente, o discurso da sexualidade não se aplicava ao sexo, mas “ao corpo, aos órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações interindividuais...” (FOUCAULT, 1994c, p. 313). A transformação ocorre a partir do final do século XVIII, quando a sexualidade torna-se “dispositivo” de verdade, regime de saber-poder que toma o sexo como objeto privilegiado. A sexualidade deixa de referir-se à organização fisiológica do corpo ou ao comportamento sexual, constituindo-se no prolongamento do modo pelo qual o poder investe aspectos fundamentais da vida dos indivíduos por meio de discursos e práticas (CANDIOTTO, 2007, p. 09-10).

⁶ Para Rago (2006, p. 28), Caio Prado Jr, em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), já apontava “a sexualidade está na base da economia e da sociedade, já que é da fusão sexual produzida pela mistura das raças que nasce o povo brasileiro”.

Essa diferença entre sexo e sexualidade possibilita problematizar o dispositivo de sexualidade como um mecanismo de poder cujo efeito é a constituição da verdade do sexo. Verdade que para Foucault se desloca conforme a episteme que a constitui.

Foucault (2005a), ao pensar a sexualidade como um “dispositivo histórico” e não um “referente biológico”, em suas estratégias de regulamentação da população à governamentalidade neoliberal, à naturalização das práticas de governo e ao empresariamento da sociedade (FOUCAULT, 2008b), os dispositivos de segurança, a polícia discursiva e o racismo de Estado (FOUCAULT, 2008c). Como dispositivo histórico, a sexualidade se refere “à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e poder” (FOUCAULT, 2005a, p. 116-117). Essas estratégias de saber-poder põem a sexualidade “exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação” (FOUCAULT, 2005b, p. 300).

Os regimes de saber-poder que constituem o dispositivo de sexualidade no Programa Vale Juventude investem sobre a vida dos indivíduos, tanto na perspectiva de constituir uma anátomo-política do corpo humano, com práticas individualizantes que visam a disciplina do corpo e sobre a vida da população, da juventude, exercendo uma biopolítica da população, produzindo regulações ao nível do corpo-espécie, por seu caráter biológico-especificante (FOUCAULT, 2005a). Assim, o Programa Vale Juventude investe na sexualidade da juventude práticas de saber-poder que transforma os jovens em população governável, regulamentável, calculável e em indivíduos a serem disciplinados ao nível do corpo, visando a mudança de comportamento de cada jovem.

Desenvolvido em 16 cidades do Espírito Santo, Pará e Minas Gerais. A parceria da Fundação Vale com o Instituto Aliança, a Martins Pereira Consultoria Educacional, prefeituras e ONGs locais possibilitou, em 2012, que o programa beneficiasse 2.898 profissionais e 48.877 jovens das cidades de Vitória (ES); Abaetetuba, Barcarena, Marabá, Parauapebas (área urbana e área rural – Vilas Sanção e Paulo Fonteles) (PA); Barão de Cocais, Belo Vale, Brumadinho, Catas Altas, Congonhas, Governador Valadares, Itabira, Ouro Preto, Santa Bárbara, São Gonçalo do Rio Abaixo e Sarzedo (MG) (RELATÓRIO DE ATIVIDADE, FUNDAÇÃO VALE, 2012, p. 15).

De 2007 a agosto de 2010, o Vale Juventude formou 585 profissionais de 134 instituições locais entre Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do

Adolescente e ONG locais. Esses profissionais já realizaram ações e oficinas sobre os temas do programa atendendo outros 4.488 profissionais e 12.949 adolescentes e jovens⁷.

As ações sistemáticas sobre adolescência e sexualidade, elaboração de projetos de vida, prevenção ao uso indevido de drogas, prevenção a gravidez não planejada, entre outras, fizeram os adolescentes/jovens sentirem-se mais preparados para o enfrentamento de suas vulnerabilidades e para o exercício da cidadania, segundo depoimentos deles próprios (RELATÓRIO ANUAL, INSTITUTO ALIANÇA, 2009, p. 13).

As estratégias do Programa Vale Juventude se expandem do investimento na sexualidade da juventude pelos “problemas” relacionados à sexualidade que atingem à população jovem, tais como: gravidez na adolescência ou não planejada, uso indevido de drogas, DST, AIDS ao investimento na individualização pelo poder, produzindo a verdade do sexo, por meio de exames, entrevistas, inquéritos, realizando uma “anatomia do detalhe”.

A Empresa Vale e a Fundação Vale se assemelham a outras empresas e fundações, Ongs e outras instituições que realizam um superinvestimento na *educação afetivo-sexual* da juventude articula-se às dimensões “da governamentalidade [...] compreendido tanto como o conjunto das instituições, procedimentos, cálculos e quanto um tipo de poder governamental, com seus aparelhos e saberes que investem sobre a dimensão da população” (SOUZA, 2011, p. 212).

A governamentalidade engendrada sob o novo espírito do capítulo guarda especificidades em seu princípio de visibilidade e estratégias.

Tendo na economia e no mercado sua chave de decifração, seu princípio de inteligibilidade, trata-se de uma governamentalidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos; trata-se, em última instância, de um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, de sentir, de pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação: novas tecnologias gerenciais no campo da administração (*management*), práticas e saberes psicológicos voltados à dinâmica e à gestão de grupos e das organizações, propaganda, publicidade, *marketing*, *branding*, literatura de autoajuda etc. (COSTA, 2009, p. 177-178).

De uma perspectiva de uma governamentalidade programática a dimensão *afetivo-sexual* é inserida pelo Programa Vale Juventude num arranjo econômico para que

⁷ Fundação Vale: Conquistas. www.fundacaovale.org/pt-br/educacao/vale-juventude/conquistas/paginas/default.aspx Acesso em 28/06/2013.

a educação/formação dos jovens seja economicamente vantajosa e politicamente útil para empresa Vale, a Fundação Vale, o Instituto Aliança, as Prefeituras e suas secretarias e demais órgãos parceiros no desenvolvimento do Programa, pois a governamentalidade desbloqueou a noção de população e de economia como governo.

A emergência a partir do século XVIII da “população”, como problema econômico e político: população-riqueza, população mão-de-obra ou capacidade de trabalho, população em equilíbrio entre seu crescimento próprio e as fontes de que dispõe” (FOUCAULT, 2005a, p. 27). A Fundação Vale explicita que uma das bases para investir na juventude é sua importância demográfica e estratégica, justificando o investimento em capital humano, protagonismo juvenil, parceria, empoderamento, empresariamento, empreendedorismo da juventude e é avaliado como objetivo alcançado: “O que já pode ser notado também é o maior reconhecimento do potencial dos jovens por parte dos adultos e o aumento das oportunidades de atuação produtiva dos jovens em suas comunidades”⁸.

Na sociedade neoliberal têm sido estabelecidas virtuais conexões entre governamentalidade neoliberal e educação, em várias instituições, Programas e Projetos o discurso do capital Humano (Escola de Chicago) em currículo, práticas, saberes e estratégias, através da cultura do empreendedorismo, diretamente relacionada a uma redução e a um empobrecimento de nossas relações de sociabilidade e dos processos de ensino e aprendizagem (COSTA, 2009). A Fundação Vale propaga em sua missão esses valores de uma governamentalidade neoliberal ao investir na juventude e considerar a jovens como investidores, tornando-os objetos de investimentos e parceiros no investimento. Nesse novo regime de investimento social na juventude, a rentabilidade é calculável no tipo de sujeito que a Fundação Vale deseja formar: “O Programa Vale Juventude foi idealizado pela Fundação Vale com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento pessoal e social dos jovens, por meio do incentivo à participação juvenil, reforço da cidadania e educação afetivo-sexual” (RELATÓRIO DE ATIVIDADES FUNDAÇÃO VALE, 2012, p. 14).

Para o neoliberalismo, o Estado e a sociedade seguem os moldes da economia de mercado, ampliando o campo de alcance do campo econômico sobre áreas consideradas não econômicas, pois ocorre uma generalização da “forma política do

⁸ Fundação Vale – Conquistas. www.fundacaovale.org/pt-br/educacao/vale-juventude/conquistas/paginas/default.aspx Acesso em 28/06/2013.

mercado para todo o corpo social, de modo que funcionará como um princípio de inteligibilidade das relações sociais e dos comportamentos individuais” (FONSECA, 2006, p. 160). Assim, a sexualidade passa a ser vista como campo com virtualidades econômicas, em que a economia de mercado atravessa as relações de saber-poder que a constitui.

As tecnologias de poder acionadas pelo Programa Vale Juventude para operar práticas de governamentalidade traduz uma preocupação com a sexualidade da juventude como mecanismo de segurança no qual são pautadas ações de prevenção, controle, cuidado.

O Vale Juventude tem como prioridades a implantação de ações de educação sexual, de prevenção ao uso indevido de drogas e de promoção da saúde sexual e da saúde reprodutiva. As escolas, as unidades de saúde e de assistência social, bem como as ONGs participantes realizam ações sistemáticas que propiciam o desenvolvimento de atitudes e comportamentos positivos nos adolescentes e jovens, em relação à vivência da sua sexualidade, à equidade de gênero, à saúde e à convivência familiar, tendo como marcos referenciais os Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, os Direitos Sexuais e Reprodutivos, o Plano Nacional de Juventude, entre outros (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2008, p. 10).

A sexualidade dos jovens pode ser considerada no Programa Vale Juventude como um dispositivo, o qual se configura por ter “uma natureza essencialmente estratégica, o que supõe que se trata no caso de um certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada nestas relações de força, seja para desenvolvê-las em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc.” (FOUCAULT, 2006a, p. 246).

A sexualidade como dispositivo compõem relações de forças, que no Programa Vale Juventude se correlacionam entre a Fundação Vale, o Instituto Aliança e as instituições parceiras: escolas, as unidades de saúde e de assistência social e os sujeitos envolvidos no Programa.

No Relatório de Sustentabilidade da Vale (2007, p. 63) é destacado entre os programas desenvolvidos pela Vale “o programa de educação afetivo-sexual (Vale Juventude - desenvolvido pela Fundação Vale), voltado para jovens das comunidades próximas, a fim de orientar a vida sexual e combater a ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis”.

“Orientar a vida sexual e combater a ocorrência de doenças sexualmente transmissíveis” se constitui em práticas de governo dos jovens, operando e sendo operadas por mecanismos de normalização dos corpos e da sociedade e de regulação constantes da população jovem. A noção de governo deve ser entendida, explica Foucault, no sentido amplo de “técnicas e procedimentos destinados a dirigir a conduta dos homens. Governo das crianças, governo das almas ou das consciências, governo de uma casa, de um Estado ou de si mesmo” (FOUCAULT, 1997, p. 101). De uma perspectiva biopolítica, o Programa investe na população jovem como grupo governável no nível da vida, vida do corpo e vida da população.

E, para gerir essa população, é preciso, entre outras coisas, uma política de saúde que seja suscetível a diminuir a mortalidade infantil, prevenir epidemias e fazer baixar as taxas de endemia, intervir nas condições de vida, para modificá-las e impor-lhes normas (quer se trate da alimentação, do habitat ou da organização das cidades) e assegurar os equipamentos médicos suficientes (FOUCAULT, 1997, p. 85-86).

Para promover a “educação afetivo-sexual” da juventude, o Programa Vale Juventude, como um investimento de uma empresa privada, coloca a sexualidade em discurso, constituindo saberes capazes de gerir a vida da população, impondo por meio da biopolítica normas, intervenções e controles reguladores.

O que caracteriza a biopolítica das populações, o biopoder, é a crescente importância da norma, que distribui os vivos num campo de valor e utilidade. A própria lei funciona como norma devido a suas funções reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de técnicas de poder centradas na vida. A principal característica das técnicas de normalização consiste no fato de integrarem no corpo social a criação, a classificação e o controle sistemático das anormalidades (PORTOCARRERO, 2004, p. 176).

O Programa Vale Juventude ao definir que os “marcos referenciais” de suas ações são os Direitos Humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, os Direitos Sexuais e Reprodutivos, o Plano Nacional de Juventude, seguem suas determinações, pois são documentos que podem ser caracterizados como “documentos doutrinários”, definidos como “aqueles em que se identificarão a presença de discursos conceituais” (WEBER, 2005, p. 77), que neste caso sobre juventude e sexualidade e se tornam fundamentos essenciais na definição, estruturação e execução de política pública que tematizam a juventude e sexualidade.

Ao acolher os discursos desses documentos como referências, o Programa Vale Juventude participa de uma “política geral da verdade” na sociedade neoliberal, produzindo efeitos de verdade nas relações de poder em exercício no Programa.

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 2006a, p. 12).

Ao participar de uma luta social em torno da definição do que conta como “verdadeiro” para promover a *educação afetivo-sexual* dos jovens, o PVJ participa de uma “economia política de verdade” sobre sexualidade cujas características descritas por Foucault (2006a, p. 12) podem ser localizadas no Programa.

1. Para promover a *educação afetivo-sexual* dos jovens “a verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem” (FOUCAULT, 2006a, p. 12): Fundação Vale, Instituto Aliança, Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente e ONG locais. No panorama histórico das parcerias público-privado, podemos afirmar que há uma convergência de múltiplos “discursos normativos” que engendram saberes sobre a sexualidade da juventude no PVJ, sobretudo aqueles do campo da saúde, da educação, da assistência social e do direito. A *educação afetivo-sexual* no entrecruzamento desses discursos e saberes posiciona a sexualidade na “política geral da verdade”, produzindo “efeitos de verdades”, que são assimilados ou resistidos nos complexos jogos de poder que se estabelecem na experiência do PVJ.

As instituições em parceria produziram o Caderno de Oficinas II que se destaca pela organização técnica-instrumental das atividades propostas, com todas as etapas muito bem definidas e pela metodologia pautada no trabalho em grupo em que os jovens são “treinados” a “aprender a aprender” e a desenvolver a “formação entre pares”. O Caderno de Oficinas II se constituiu como fonte principal da pesquisa, uma vez que se trata do documento base para o desenvolvimento do PVJ, no qual constam todas as atividades direcionadas aos jovens no que tange a formação em sexualidade. O Caderno define o trabalho docente no PVJ e as práticas de governamentalidade da sexualidade da juventude.

2. A *educação afetivo-sexual* dos jovens no PVJ “Está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político)” (FOUCAULT, 2006a, p. 12), uma vez que a justificativa do Programa para investir na juventude se fundamenta em princípios da sociedade neoliberal ao destacar como objetivo: “O Programa Vale Juventude tem como objetivo promover o desenvolvimento pessoal, social e produtivo de jovens entre 10 e 20 anos, como sujeitos de direito” (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2008, p. 10). Ao ser instigada a verdade política e econômica da educação afetivo-sexual dos jovens no PVJ é alçada ao domínio público e social, promovendo o controle do corpo individual e a regulação do corpo social da juventude justificado pela produção econômica da qual os jovens devem participar na sociedade capitalista, na qual ainda devem atuar com protagonismo social.

3. A *educação afetivo-sexual* produz um “efeito de verdade” ao ser “objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas)” (FOUCAULT, 2006a, p. 12): Para participar da “economia política” de verdade sobre juventude e sexualidade, o PVJ é desenvolvido nos territórios de atuação da Vale como ações articuladas, sobretudo nas áreas de educação, saúde e assistência social.

O Programa Vale Juventude (PVJ) - Pará tem como objetivo promover o desenvolvimento pessoal, social e produtivo de jovens entre 10 e 20 anos, enquanto sujeitos de direitos. É fruto de uma parceria da Fundação Vale do Rio Doce, com 04 Prefeituras no Estado do Pará: Abaetetuba, Barcarena, Marabá, Parauapebas e Tomé Açu. Participam também Organizações Não Governamentais locais, além dos Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente (RELATÓRIO NARRATIVO DO INSTITUTO ALIANÇA, 2009, p. 12).

Essa abrangência do PVJ busca apresentar uma verdade sobre *educação afetivo-sexual* para ser consumida de várias formas e ser propagada pelas instituições que compõem as parcerias público-privadas.

4. O “efeito de verdade” engendrado pela educação afetivo-sexual “É produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de comunicação)”. O PVJ é um dos Programas mantidos pela Empresa Vale e pela Fundação Vale em parceria com o Instituto Aliança e outras instituições. As instituições envolvidas na efetivação do

PVJ difundem todas as informações e resultados sobre o Programa, utilizando-se ainda da mídia hegemônica para divulgar os “efeitos de verdades” produzidos pelo programa, que são apresentados após serem selecionados, recortados, para divulgar os “efeitos de verdades” produzidos pelo programa, que são apresentados após serem selecionados, recortados, controlados para tal. Os materiais produzidos pelo programa, os relatórios, os documentos são cuidadosamente produzidos pelas instituições parceiras para que a educação afetivo-sexual proposta pelo PVJ produza discursos que sejam acolhidos como verdadeiros, que nos jogos de poder como outros discursos e saberes sejam sancionados como verdadeiros

5. A *educação afetivo-sexual* ao participar de uma “economia política de verdade” “é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ‘ideológicas’)”, pois o PVJ entra no embate político e social para se impor como um Programa que produz “verdades” sobre a sexualidade da juventude. Nesse confronto, a sexualidade ao integrar a “economia política da verdade” é produzida a partir de práticas de saber e relações de poder que constituem o PVJ e engendram práticas de governamentalidade da sexualidade da juventude.

A governamentalidade [...] se tornou o terreno comum de todas as nossas formas modernas de racionalidade política, na medida em que elas constroem as tarefas dos governantes em termos de supervisão e maximização calculadas das forças da sociedade. A governamentalidade é o „conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas, que permitem o exercício dessa forma muito específica, embora complexa, de poder e que tem como seu alvo a população“ (ROSE, 1999, pp. 35-36).

Na governamentalidade, o debate político e o confronto social em relação à sexualidade da juventude emergem entre os diferentes discursos e saberes sobre a sexualidade que se choca com aqueles produzidos pelos materiais produzidos pelo PVJ e passam a serem geridas por estratégias, táticas na confluência público-privadas para racionalizar práticas de governo, tendo como alvo os jovens, conduzindo à questão do governo da juventude em sua relação entre segurança, população e governo (FOUCAULT, 2006a).

Como “a governamentalidade refere-se às deliberações, às estratégias, às táticas, aos dispositivos de cálculo e de supervisão empregues pelas autoridades no sentido de governar sempre sem governar” (RAMOS DO Ó, 2009, p. 113 - grifos do autor), o PVJ ao colocar a sexualidade na “economia política de verdade” na atualidade,

constitui, intensifica, repagina, programa novas práticas de governo da sexualidade da juventude no âmbito no neoliberalismo brasileiro. Tal faceta é marcada por nuances liberais, patrimonialistas, coronelistas que incidem nas estratégias de controle, regulação dos comportamentos dos indivíduos e grupos. A sexualidade é objetivada como elemento constitutivo do capital humano que cada jovem deve construir e que deve ser investido na juventude enquanto população. A vida dos jovens e suas experiências são capitalizadas no dispositivo de sexualidade em práticas de saber e relações de poder múltiplas, mas não irreduzíveis às resistências.

É preciso deixar claro que na governamentalidade, no governo das condutas, não há só capturas, pois onde há relações de poder, há fugas, movimentos de resistências e contracondutas, há confrontos entre as táticas de governo. É nesse jogo produtivo de fabricação de regimes de verdade sobre a *educação afetivo-sexual* da juventude que se constitui o dispositivo da sexualidade da juventude no PVJ.

Considerações finais

Por meio de um duplo investimento na sexualidade da juventude, através de técnicas de poder individualizantes e coletivizantes, o Programa Vale Juventude promove uma *educação afetivo-sexual* seguindo Marcos de Referências das políticas para a juventude e educação sexual, se pautando em uma concepção de sexualidade, que governamentalizada por meio de “dispositivos de segurança” e “técnicas de regulamentação”, utiliza estratégias formativas por meio de Oficinas Educativas.

Ao justificar a *educação afetivo-sexual* no Programa Vale Juventude como modo de investir no “protagonismo juvenil” ligado a inserção do jovem no mundo da produção, a governamentalidade neoliberal se atualiza nas parcerias público-privado que tem como foco a sexualidade, que como dispositivo histórico articula várias dimensões da economia de governo a gestão da população. Tal articulação produz vantagem econômica para a empresa Vale e se torna politicamente útil as instituições parceiras.

Referências

CANDIOTTO, Cesar. Verdade, confissão e desejo em Foucault. **Revista Observaciones Filosóficas**, nº 4, 2007.

CESAR, Maria Rita de Assis. A Invenção da “Adolescência” no Discurso Psicopedagógico. **Dissertação** (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação, 1998.

COSTA, Sylvio de Sousa Gadelha. Governamentalidade Neoliberal, Teoria do Capital Humano e Empreendedorismo. **Educação e Realidade**, 34(2):171-186, mai/ago 2009.

FONSECA, Márcio Alves da. Corpo, sexualidade, gênero e biopolítica. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa, SILVA, Méri Rosane Santos da, GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande: Editora da FURG, 2009.

_____. Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar. In: RAGO, Margareth, VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FOUCAULT, Michel. Sobre as maneiras de escrever a história. In: _____. **Ditos e escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2006a.

_____. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2005a.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

_____. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

PORTOCARRERO, Vera (org). **Instituição escolar e normalização em Foucault e Canguilhem**. Educação e Realidade, 29(1):169-185 jan/jun 2004.

RAGO, Margareth. Sexualidade e identidade na historiografia brasileira. **Revista Aulas**, N. 2 – outubro/novembro 2006.

RAMOS DO Ó, Jorge. A governamentalidade e a História da Escola Moderna: outras conexões investigativas. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 97-117 maio/ago. 2009.

ROSE, Nicolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz T. da (Org.). **Liberdades reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Disciplina, biopoder e governo: contribuições de Michel Foucault para uma analítica da modernidade. In: SOUZA, Luís Antônio Francisco de, SABATINE, Thiago Teixeira, MAGALHÃES, Boris Ribeiro de (Orgs.). **Michel Foucault: sexualidade, corpo e direito**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

WEBER, César Augusto Trinta. Programa de Saúde da Família: educação e controle da população. **Dissertação** (Mestrado) - Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade Luterana do Brasil, 2005.